

---

**CONGRESO  
IBEROAMERICANO**  
DE CIENCIA, TECNOLOGÍA,  
INNOVACIÓN Y EDUCACIÓN

---

BUENOS AIRES, ARGENTINA  
12, 13 Y 14 DE NOVIEMBRE 2014

---

**CONGRESSO  
IBERO-AMERICANO**  
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO

---

BUENOS AIRES, ARGENTINA  
12, 13 Y 14 DE NOVIEMBRE 2014

**Uma questão de justiça curricular na formação para a  
cidadania na área de ciências: gênero e diversidade  
sexual na escola.**

GALLO, M.D.C.; TRINDADE, M.A.V.M.;  
BRAZ DA SILVA, A.M.T.

## **Uma questão de justiça curricular na formação para a cidadania na área de ciências: gênero e diversidade sexual na escola.**

Marcia Dolores Carvalho Gallo

Mestranda Profissional em Ensino de Ciências – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Terapeuta Ocupacional, professora nos cursos de graduação de Terapia Ocupacional e Fisioterapia com dedicação exclusiva ao IFRJ. <marciadolgallo@hotmail.com>

Margarete Alvarenga Viana Mota Trindade

Mestranda Profissional em Ensino de Ciências – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Especialista no Ensino de Ciências, professora de Biologia e Química nas modalidades de ensino médio, pós-médio e NOVAEJA – Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

<margaretemota@yahoo.com.br>

Alcina Maria Testa Braz da Silva

Doutora em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); graduação em Física - UFRJ. Linha de atuação: formação de professores; processos de ensino e aprendizagem no ensino de física. <alcina.silva@ifrj.edu.br>

### **Resumo**

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) quanto ao tema transversal – orientação sexual define que: “Se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada a vida, a saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano”. Nesse sentido, a educação sexual figura na condição de política pública como um dos temas transversais nos PCN, na mesma forma que as questões de Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. Este artigo é o resultado de um projeto de investigação-ação que foi desenvolvido com o tema - Uma questão de justiça curricular na formação para a cidadania na área de Ciências: gênero e diversidade sexual na escola, em cumprimento as atividades propostas pela disciplina Currículo e Programas de Ensino do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do RJ – Campus Nilópolis. A investigação-ação foi desenvolvida através da abordagem sociocultural, no Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral, localizado no município de São João de Meriti – Rio de Janeiro/Brasil, com turmas na modalidade do Ensino Médio na faixa etária de 15/17 anos.

**Palavras-chaves:** sexualidade; diversidade; justiça curricular e cidadania.

**A “curricular justice” issue in education for citizenship in science field: gender and sexual diversity at school.**

**ABSTRACT**

According to Parâmetros Curriculares Nacionais concerning the transversal theme – sexual orientation establishes: “If the school wish is to have an integrated view of the lived experiences by the students aiming to develop pleasure for knowledge it is necessary to recognize that it has an important role in education to a sexuality which is connected to life, to health, to pleasure and to well-being and which embodies the various dimensions for the human being”. This way, sexual education figures in the condition of public politics as a transversal theme from the PCNs, the same way the Ethics, Health, Environment, Cultural Plurality, Work and Consume issues. This article is the result of an action investigation project which was developed with the theme - *A “curricular justice” issue in education for citizenship in Science field: gender and sexual diversity at school*, fulfilling the proposed activities by the subject Currículo e Programas de Ensino do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RJ – Campus Nilópolis. The Action Investigation was developed through the social cultural approach, at Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral, situated in São João de Meriti city – Rio de Janeiro state, involving High School groups aging from 15 to 17 years old.

**Keywords:** sexuality; diversity; curricular justice and citizenship.

**Introdução**

O currículo no viés tradicional é entendido como um veículo de transmissão do conhecimento que manifesta os interesses dos grupos colocados em vantagem em relações sociais seja de classe, etnia, gênero, entre outros, isto é, o currículo como uma expressão de poder que reforçam as desigualdades na esfera social. Contrariamente, nos posicionamos na concepção crítica de currículo, cujo “não existe uma cultura da sociedade, unitária, homogênea e universalmente aceita e praticada e, por isso, digna de ser transmitida às futuras gerações através do currículo” (MOREIRA e SILVA, 2008 p.27). Assim entendemos, o conceito de justiça curricular como uma estratégia pedagógica que diminua a desigualdade no conjunto das relações sociais no ambiente escolar, produzindo questionamentos das relações de poder, contribuindo assim para a sua redução dentro de um contexto democrático da opressão, da discriminação e do preconceito. Segundo Connell (1993), para que se efetive uma justiça curricular, o currículo deve ser modificado a fim de refletir as formas pelas quais a diferença é produzida por relações sociais.

Em consonância os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), quanto ao tema transversal - orientação sexual define que: “se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano”. Nesse sentido, a educação sexual figura na condição de política pública como um dos Temas Transversais nos PCN, na mesma forma que as questões de Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. Este artigo será desenvolvido, portanto, com o tema - **uma questão de justiça curricular na formação para a cidadania na área de Ciências: gênero e diversidade sexual na escola**, em conformidade de opinião de suas autoras, que a discriminação e o preconceito com relação à orientação sexual e identidade de gênero do outro é tão inaceitável quanto à discriminação baseada em raça, cor, deficiência ou religião.

As discriminações de gênero, étnico racial e por orientação sexual, assim como a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira e a escola infelizmente é um deles. (BRASIL, 2009). Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais, portanto, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate ao preconceito. (BRASIL, 2009). A presente comunicação não tem a pretensão de esgotar as reflexões sobre a temática de justiça curricular, mas sim de trazer a narrativa de uma investigação-ação que se envereda na discussão para o enriquecimento conceitual, propiciando a colocação dos sujeitos em seus posicionamentos de forma livre e na fundamentação dos processos de reflexão individual e coletiva para, na, e sobre a alteridade na dimensão sociocultural. Portanto, entendemos que o ambiente escolar não deve reproduzir os comportamentos marcados pela discriminação e ideias culturalmente preconcebidas e em geral preconceituosas.

A investigação-ação propôs a superação do habitual dualismo entre teoria e prática – a práxis, sendo pertinente ao debate sobre discriminação de gênero e diversidade sexual na escola. Optamos pela abordagem sociocultural, centrada no estudo do desenvolvimento humano enquanto um processo que se dá nas interações sociais sendo influenciada pelas contribuições vygotskyana, isto é, se propõe a uma visão do desenvolvimento humano que destaca o seu caráter inseparável das atividades sociais e culturais (RIBAS e MOURA, 2006). A atividade humana, nesta abordagem, é entendida como dotada de um sistema de significação que é permanentemente construído e transformado pelo próprio grupo cultural. Nas palavras de Vygotsky (1991, p.65), “a internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana”. Assim, a investigação-ação ocorreu no Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral, localizado no

município de São João de Meriti – Rio de Janeiro, com uma turma de 2º ano do Ensino Médio na faixa etária de 15/17 anos.

### **Justiça curricular na formação para cidadania**

Moreira e Candau (2003) discutem o conceito de justiça curricular com base nas contribuições dos teóricos apresentados no texto: Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos, onde levantam alguns pontos relevantes tais como os interesses dos menos favorecidos, a participação e escolarização comum e a produção histórica da igualdade e ainda o grau em que uma estratégia pedagógica produz menos desigualdade no conjunto de relações sociais ao qual o sistema educacional está ligado. Estes fatores demonstram que o conceito de justiça curricular tem a ver diretamente com a inclusão em toda sua abrangência, para isso esse conceito deve ser ampliado para que se compreenda como nas práticas pedagógicas são questionadas e relativizadas as relações de poder existentes na sociedade que favorecem as diferenças sociais, e com isso minimizar num contexto social democrático atos de opressão, preconceito e discriminação.

Em consonância com Stoer e Cortesão (1999) a dimensão da diversidade cultural e currículo, citadas em recentes pesquisas, tiveram como objeto de estudo o multiculturalismo crítico onde todas apontam para a necessidade de uma ação docente multiculturalmente orientada, que enfrem os desafios provocados pela diversidade cultural na sociedade e nas salas de aula, e que isso requer uma postura que supere o daltonismo cultural usualmente presente nas escolas, responsável pela desconsideração do arco-íris de culturas com que se precisa trabalhar. Diante do exposto, são as estratégias pedagógicas que permitem lidar com essa heterogeneidade, compreendendo a dinâmica histórica das categorias por meio das quais são rotulados, identificados, definidos e situados na estrutura social. A partir daí então poderá ser favorecida no currículo, a construção das categorias, ao lutar por mudar seus significados garantindo espaço na escola e na sala de aula para a diversidade.

Quanto ao combate à discriminação e ao racismo no cotidiano escolar, Moreira e Candau (2003, p. 163), mencionam que “na promoção de uma educação atenta a diversidade cultural e a diferença, diz respeito ao combate à discriminação e ao preconceito tão presentes na sociedade e nas escolas” e ressaltam ainda, “o caráter dialético da relação entre esses dois tipos de discriminação, o que faz com que um não possa ser reduzido ao outro”. A discriminação possui interfaces, tanto de caráter étnico e social, quanto gênero, orientação sexual, etapas da vida, regiões geográficas de origem, características físicas e relacionadas à aparência, grupos culturais específicos (funkeiros, nerds, etc.) e ainda sugerem que estes grupos encontram-se imersos em uma cultura de discriminação, na qual a demarcação entre nós e os outros é uma prática social permanente que se manifesta pelo não reconhecimento dos que consideramos não somente diferentes, mas, em muitos casos, inferiores, por diferentes comportamentos.

Infelizmente, a escola em geral não reconhece as manifestações de preconceito e discriminações por sua padronização da representação de igualdade, todos são tratados da mesma maneira com um caráter monocultural. Segundo Foucault (2007, p. 72) “a moral exige, ainda e sempre, que o indivíduo se sujeite a certa arte de viver que se definem os critérios estético e ético da existência; mas essa arte se refere cada vez mais a princípios universais da natureza ou da razão, aos quais todos devem curvar-se e da mesma maneira, qualquer que seja seu status”. A grande utopia esta em supor que todos os alunos pretos e brancos, pobres e ricos, meninos e meninas receberão currículo da mesma maneira – a nostalgia de coesão. (MOREIRA e SILVA, orgs. 2008, p. 76). Dessa forma, repensar a justiça curricular na formação para a cidadania é justapor ao currículo a dialética não discriminatória respeitando a heterogeneidade cultural no âmbito escolar.

A expressão de poder no currículo ratifica-se nas palavras de Foucault *apud* Moreira e Silva, orgs. 2008 p.77, “basta que olhemos para as margens, basta que observemos os conhecimentos, a autocompreensão e a luta daqueles que foram relegados à condição de ‘os outros’ por poderosos grupos desta sociedade”; **a discriminação de gênero é um dos pilares na construção das desigualdades (grifo nosso)**. A heterogeneidade sociopolítica cultural entre homens e mulheres sintetizam as diferenças sexuais biológicas em hierarquias de poder, *status* e renda, corroborada pela formulação de políticas públicas que ofereçam serviços e programas sociais de apoio as mulheres como tentativa de ruptura desse paradigma discriminatório, como exemplo a necessidade da criação da Lei Maria da Penha<sup>1</sup> no Brasil. Citando Moreira e Silva (2008 p. 116) “uma pedagogia crítica seria sensível a formas de materiais curriculares que poderiam estar implicadas na reprodução de relações sociais desiguais e injustas (por exemplo, sexismo, racismo, classismo, heterossexismo)”.

Assim sendo, frente à temática deste estudo não poderíamos desconsiderar a cultura. Brasil (2009, p 22.) define cultura como “fenômeno unicamente humano, a cultura se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado as suas ações e ao mundo que o rodeia; a cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se referindo a um fenômeno individual; cada grupo de seres humanos em diferentes épocas e lugares atribui significados diferentes a coisas e passagens da vida aparentemente semelhantes”. Na perspectiva da contemporaneidade, Featherstone (1994) afirma que se trata de uma recentralização da cultura no viés da importância da vida acadêmica, estando antes situada mais na periferia do campo das ciências sociais. É também destacada pelos autores associados ao marxismo culturalista, sendo reduzida a um epifenômeno. Para Giroux (1987), o marxismo culturalista traz a tona os equívocos envolvidos na visão da cultura como mero reflexo da infraestrutura, bem como propicia uma visão mais abrangente e profunda da esfera cultural da sociedade, na qual os indivíduos atuam em meio às práticas e as conflituosas relações de poder, produzindo, rejeitando e compartilhando significados.

---

<sup>1</sup> LEI Nº 11.340, de 07/08/2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

O pensamento de Hall (2003) refere à forma como a cultura penetra em cada canto da vida social contemporânea, tornando-se elemento-chave no modo como o cotidiano é configurado e modificado. Assim, a cultura não pode ser estudada como variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo se mover, devendo, em vez disso, ser vista como algo fundamental, constitutivo, que determina a forma, o caráter e a vida interior desse movimento. Segundo Moreira e Silva (2008, p. 139) “no contexto de um currículo como forma de política cultural, a meta primordial da educação é criar condições para o fortalecimento do poder individual e a autoformação dos alunos como sujeitos políticos”. Em outras palavras, a produção cultural no ambiente escolar, face aos currículos, políticas e ações pedagógicas, necessita de espaço onde os alunos possam discutir e adquirir as competências e as habilidades frente à justiça curricular. Dessa forma, a prática pedagógica e cultura podem ser compreendidas como áreas de conhecimentos que interatuam entre si.

A orientação sexual no espaço escolar, muita das vezes, é visto como responsabilidade do professor de Ciências Biológicas em transcorrência da própria procura dos estudantes por esses profissionais para expor suas dúvidas e anseios. Contudo, não constitui pré-requisito que o professor seja da área de Ciências, pois o ensino da sexualidade humana perpassa a transdisciplinariedade. O tema transversal orientação sexual tem por objetivo a alteridade e o autoconhecimento sobre a sexualidade em consonância com seus próprios valores, respeitando o gênero e a diversidade do outro. Segundo os PCN (1999 p. 303) “a postura dos educadores precisa refletir os valores democráticos e pluralistas propostos e os objetivos gerais a serem alcançados”, portanto, traduz as questões de identidade de gênero e orientação sexual advir da competência da dialética de ética e dos direitos humanos. Assim, ressaltando a heterogeneidade e o multiculturalismo do ponto de vista, que ao menos, minimize o caráter discriminatório.

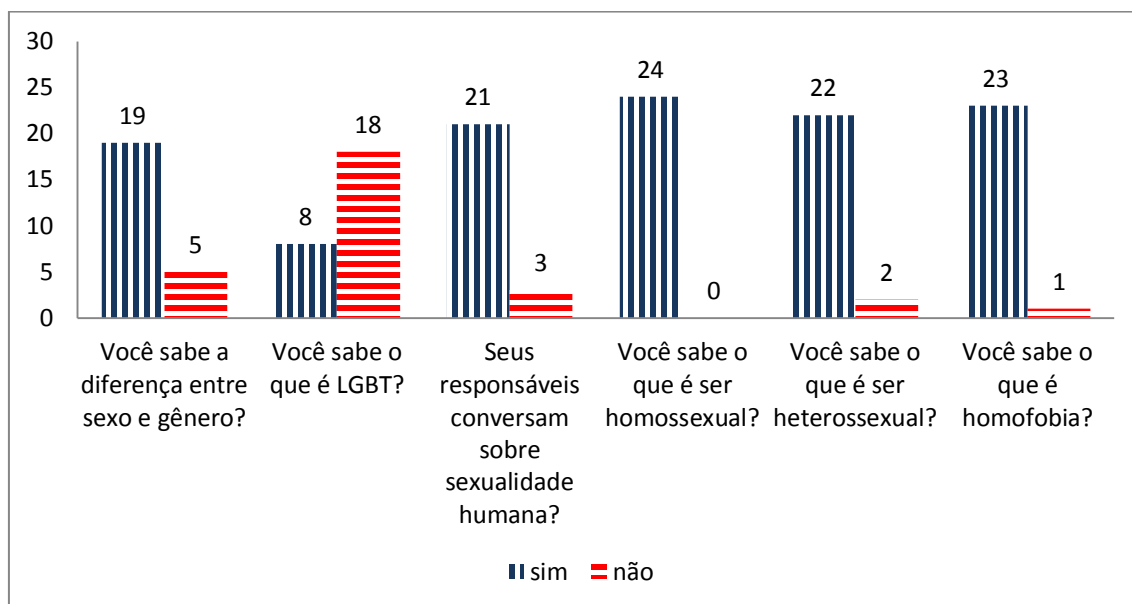
Nesse sentido, na esfera orientação sexual, a justiça curricular remete há uma revisão do currículo que incorpore o estudo de gênero e diversidade sexual além da abordagem corpo humano e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis. Com relação as implicações curriculares, “não existirá uma justiça curricular, se o currículo não for modificado para refletir as formas pelas quais a diferença é produzida por relações sociais de assimetria” (CONNELL *apud* SILVA, 1999, p. 90). Portanto, no espaço escolar, os temas relativos à orientação sexual, estudo de gênero, homofobia, misoginia, misandria, entre outros não deveriam ficar circunscritos apenas às áreas de Ciências, mas expandir para as demais disciplinas como um leque transdisciplinar cuja convergência resulta no ponto central: a formação de cidadãos.

### **Interpretação dos resultados da investigação-ação**

A aplicação do questionário abordou 11 questões com foco no diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos no que tange o olhar sociocultural sobre o conhecimento conceitual dos termos relacionados à orientação sexual, o *self* posicionamento no que se refere à aceitação ou não aceitação da orientação sexual

homoafetiva e o conhecimento que o indivíduo tem sobre si próprio, *self as known*, quanto à orientação sexual. Este último, expressamos os resultados na tabela 1, enquanto as primeiras inquirições por dois gráficos seguidos de reflexão por parte das pesquisadoras para evidenciar os resultados dessa comunicação.

**Gráfico 1 - Conhecimento conceitual dos termos relacionados à orientação sexual.**

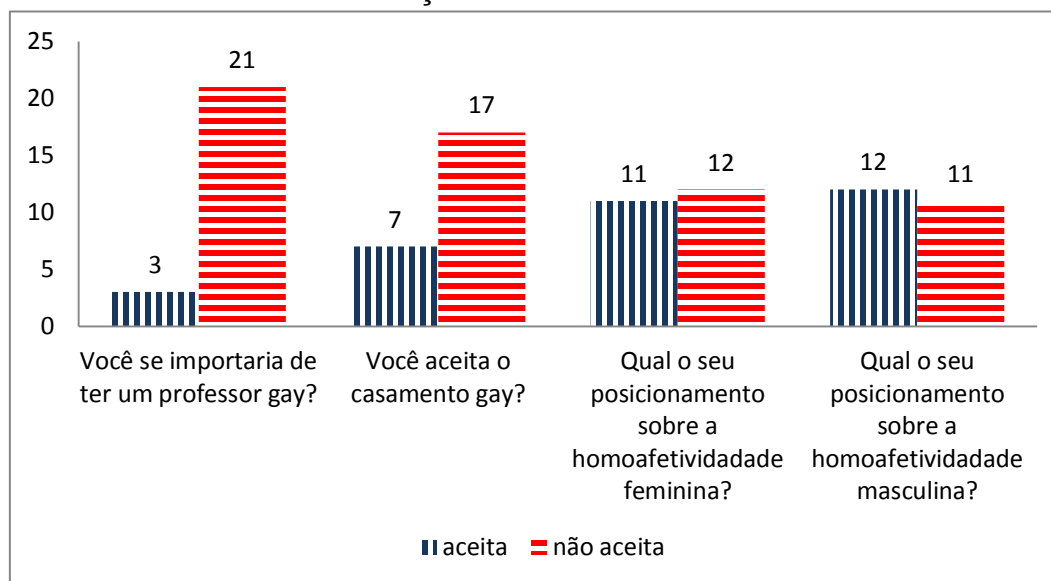


Quanto ao conhecimento conceitual dos termos, nota-se que os mais usados popularmente são os que responderam com maior presteza, não ficando claro se saberiam explicar seus significados. Na sigla LGBT<sup>2</sup> (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) permaneceram parados por um breve momento para responder, em contrapartida os outros termos responderam prontamente. Posteriormente, alguns questionamentos foram feitos, por exemplo, se 'lésbicas' era homossexualidade feminina e se era o mesmo que 'sapatão'?

<sup>2</sup> O termo atual oficialmente usado para a diversidade no Brasil é **LGBT** (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). A alteração do termo GLBT em favor de LGBT foi aprovada na 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília no período de 5 e 8 de junho de 2008.



**Gráfico 2 - Self posicionamento no que se refere à aceitação ou não aceitação da orientação sexual homoafetiva.**



Com relação ao posicionamento no que se refere à aceitação ou não da orientação sexual homoafetiva, a questão da não aceitação em ter um professor homossexual foi relevante, podendo ser considerado como 'rejeição', fato que nos leva a desejar uma investigação mais ampla na comparação da importância da orientação sexual do professor(a) frente ao conhecimento que supostamente irá repassar aos alunos, ou estamos enfrentando uma fuga de realidade, **se não vejo, não convivo, não tenho perigo de gostar e ser (grifo nosso)**. Em contraponto com a questão do casamento *gay*, a disparidade foi menor, mas ainda apresenta uma forte tendência de não aceitação. Um dado importante foi que um aluno de 15 anos que respondeu que se importaria em ter um professor homossexual, concorda com o casamento *gay*.

As duas últimas perguntas deste gráfico tiveram imagens de casais homoafetivos masculino e feminino passeando de mãos dadas e na postura de costas. Com relação à homoafetividade feminina, o termo 'normal' foi levemente superior ao termo 'ridículo'. Destacamos uma aluna de 15 anos que marcou ambas as respostas e sinalizou dúvidas, com sinal de [?] nas duas questões, o que nos leva a refletir sobre um comportamento muito comum entre meninas e adolescentes que naturalmente andam de mãos dadas, se abraçam, e muito frequentemente beijam-se no rosto, sendo esse um comportamento aceito pela sociedade, porém não da mesma forma para com meninos e rapazes. Por outro lado, a homoafetividade masculina prevaleceu inversamente com pequena diferença do termo 'ridículo' em detrimento ao termo 'normal', e ainda ressaltamos que um aluno de 15 anos coloca que não aceita a homossexualidade masculina, mas aceita a homossexualidade feminina.

Sobre o conhecimento que o indivíduo tem sobre si próprio, *self as known* quanto à identidade sexual, a pergunta foi formulada da seguinte forma: qual identidade sexual você se enquadra? Não houve respostas nas seguintes identidades sexuais:

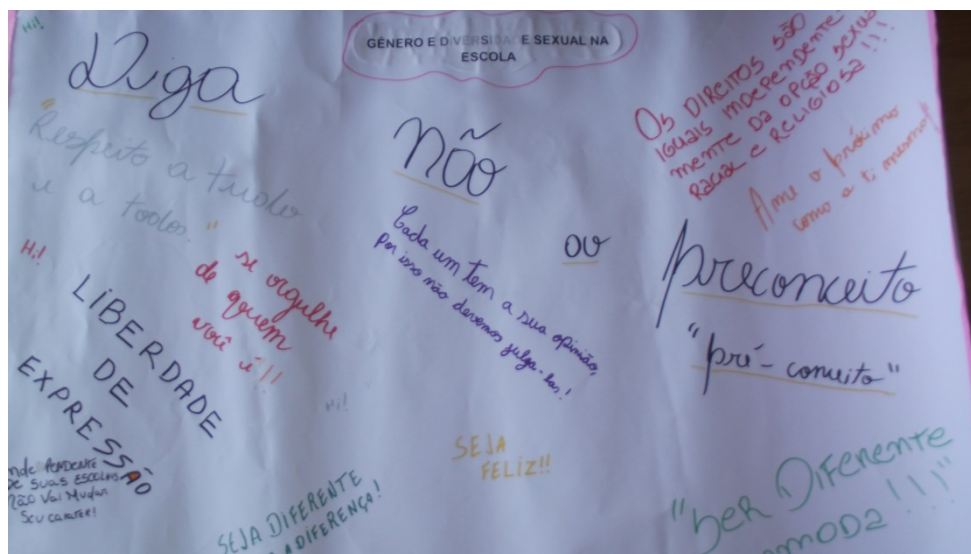
transexual e homossexualidade feminina. Acredita-se que houve veracidade nas respostas visto que todos viam a pergunta e definição dos termos na projeção, mas respondiam no cartão resposta individualmente sem interlocução, tampouco identificação de nome, somente idade e sexo.

**Tabela 1 - O conhecimento que o indivíduo tem sobre si próprio – *self as Known* quanto à identidade sexual.**

Identidade	Conceito	Nº
Homossexual masculino	Atração física e emocional pelo gênero masculino	1
Homossexual feminino	Atração física e emocional pelo gênero feminino	0
Transexual	Possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento	0
Bissexual	Atração física e emocional tanto pelo mesmo sexo quanto pelo sexo oposto.	2
Heterossexual masculino	Atração física e emocional pelo gênero feminino	10
Heterossexual feminino	Atração física e emocional pelo gênero masculino	11

A investigação-ação também contou com uma leitura de três cartazes confeccionados pelos alunos que receberam uma folha de papel branco e diversos materiais, tais como cola, lápis de cor, papel crepom, tinta guache, lápis, borracha e um papel impresso o título: **Gênero e diversidade sexual na escola**. A escolha de quem ficava em cada grupo foi livre, as pesquisadoras mantiveram-se apenas observando, poucas perguntas foram feitas, como posso usar esse ou aquele material, a resposta sempre foi sim, e começaram a se organizar. Foi percebido, como em qualquer grupo de estudantes, aqueles que ficam mais ativamente nas atividades e outros que mais observam sem grandes colaborações, mas de modo geral a turma demonstrou interesse na atividade. Ao final entregaram o cartaz e foram liberados. Seguem as representações sobre os cartazes:

### Cartaz 1:



Colaram o tema em destaque no papel na posição horizontal, enfeitaram com papel crepom rosa como uma moldura, e escreveram as seguintes frases:

- Diga não ao preconceito “pré-conceito”.
- Cada um tem a sua opinião, por isso não devemos julgá-las!
- Seja feliz!
- Não faça ao outro o que não gostaria que fizesse consigo mesmo!
- Respeito a tudo e a todos.
- Se orgulhe de quem vc [você] é.
- Liberdade de expressão.
- Independente de suas escolhas não “vá” [vai] mudar seu caráter!
- Hi! Hi! Hi! [risadas].
- Os direitos são iguais independentemente da opção sexual, racial e religiosa!!!
- Ame o próximo como a ti mesmo!
- Ser diferente incomoda!
- Somos iguais.

Este grupo se manteve durante a atividade fazendo o cartaz de maneira tranquila, procurando transparecer neutralidade e foram os primeiros a acabar.

## Cartaz 2



Usaram a folha na posição vertical, fizeram uma moldura com papel crepom vermelho, não se utilizaram do impresso com o tema, optaram em escrever com uma letra bem maior, e ao lado da palavra escola desenharam uma escola pequena, que se assemelha a própria escola. No meio do cartaz desenharam um livro sugerindo uma bíblia, e abaixo escreveram: “Quando também um homem se deitar com outro homem com mulher ambos fizeram abominação” (Levítico 20.13). A seguir pintaram usando a mão e tinta guache de forma bastante agressiva, nas cores vermelho, preto, branco, cinza e com giz de cera traços em azul (poucos), como ranhuras. Nas duas extremidades da folha escreveram: opinião e respeito. O grupo foi liderado na confecção do painel por duas alunas e um aluno, os outros estavam em torno observando e opinando, uma das alunas portava uma bíblia e diversas vezes a utilizaram para reflexão e quanto ao que iriam escrever.

### Cartaz 3



Este grupo colou o tema na folha de forma horizontal e pintaram o tema de múltiplas cores sugerindo o arco-íris, abaixo do título desenharam um rosto com duas faces diferenciadas, uma com características femininas (cabelo longo, maquiagem e brinco), porém com pescoço com detalhes masculinizados e a outra face masculina, com cabelo curto, alargador de orelha, mas com o mesmo semblante feminino e pescoço feminino. Em torno deste rosto de duas faces as seguintes frases:

- “Ser ou não ser? Eis a questão”.
- “Ser diferente é normal”.
- “Somos todos iguais”.
- A felicidade é = para todos”.
- “Amar sem preconceito”.
- “Preconceito para quê? Igualdade tem que haver”.
- “O preconceito não existe para aqueles que sabem respeitar”.

Durante a confecção mostraram-se bastante envolvidos, todos do grupo participaram ativamente, demonstrando bastante interesse com o tema e aversão a discriminação.

### Considerações finais

Trabalhar o tema - Uma questão de justiça curricular na formação para a cidadania na área de Ciências: gênero e diversidade sexual na escola, no início de um curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, foi um grande desafio, visto que as relações de gênero no campo da educação remete tanto no que tange a um conhecimento bastante amplo em estudo de gênero quanto ao contexto educacional.

Num primeiro momento houve uma busca sobre a discussão de gênero na educação, junto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), neste caso nos temas transversais, entendendo ser a educação sexual uma condição de política pública e não um conteúdo peculiar da área de ciências biológicas. Portanto, nesta linha de pensamento, citamos Connell (1993), na questão enfática da modificação do currículo, prevendo as nuances onde a diferença é produzida para uma reflexão ampla que favoreça uma justiça curricular. Mas, como falar de justiça curricular num país onde acontece um engessamento da discriminação de forma tão ampla?

As atitudes preconceituosas e discriminatórias autenticam a transgressão à ética da natureza humana e cabe ao currículo na esfera escolar minimizar ou reverter essas ações violentas na formação de cidadãos. Em consonância com Freire (1996), “não me venha com justificativas genéticas, sociológicas, históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”. Entendemos ser necessário o combate da discriminação e do preconceito de forma mais efetiva e direta na sala de aula, saindo do nível das discussões para a prática.

As respostas apresentadas por estes alunos, tanto em relação ao questionário, como na explanação sobre o assunto, pelas pesquisadoras, corroborou a condição de não identificação com o assunto, porém demonstrando disponibilidade e ânsia de aprender, a necessidade de desarticular conceitos equivocados que levam ao comportamento discriminatório, agressivo e estigmatizados, espelhamento da ação social cultural duramente produzida e reproduzida na sociedade brasileira. A justiça curricular esperada tem que prever o direito do indivíduo, seja ele em qualquer condição de gênero, sendo respeitado e tendo a garantia de preservação cidadã de acesso a uma educação com direitos e deveres iguais, não só previsto nos PCN ou em tantas outras políticas de educação e diversidade, mas no seu dia-a-dia.

## Referências

BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05/10/1988. Brasília, DF: Senado. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). [Acesso 02/04/14].

BRASIL (1999). Ministério de Educação e Cultura – Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília, DF: Ministério de Educação. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. [Acesso em 02/04/14].

BRASIL (1998). Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MECSEF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. [Acesso 31/03/14].

BRASIL (2009). Ministério da Educação e Cultura. Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras(es) em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM.

CONNELL, R. W. (1993). *School and social justice*. Montreal: Our Schools/Ours Selves Education Foundation.

FEATHERSTONE, M. (1994). *Consumer Culture and Postmodernism*. Londres: Sage.

FOCAULT, M. (2007); tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. *Historia da sexualidade, 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

GIROUX, H. (1987). *Escola Crítica e Política Cultural*. São Paulo: Cortez.

HALL, S. (2003). *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

MOREIRA e CANDAU (2003). *Educação Escolar e Cultura(s): Construindo Caminhos*. Revista Brasileira de Educação.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da (orgs) (2008); tradução de Maria Aparecida Baptista. *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez.

RIBAS, A.F.P.; MOURA, M.L.S. (2006). *Abordagens Sociocultural: Algumas vertentes e autores*. Psicologia em Estudo - Scielo, RJ - Brasil.

SILVA, T.T.da (1999). *Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

STOER, S.R.; CORTESÃO, L. (1999). *Levantando a pedra: da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização*. Porto: Afrontamento.

VYGOTSKY, L.S. (1991). *Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar*. A.R.Luria; A.N.Leontiev e L.S.; Vygotsky e outros. *Psicologia e Pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*, p. 31-50.